



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **14 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 10 de outubro de 2012

A CRITICA AM registra pior desempenho industrial em oito meses 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
AMAZONAS EM TEMPO Lojistas do Cecomiz fazem ato lembrando os três anos de incêndio do shopping 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Exportar manufaturados ainda governo e empresas 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Setor privado prevê cenário econômico melhor em 2013 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Lista de produtos para ICMS dos portos sai ainda este mês 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Resolução sobre ICMS é questionada 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADO DE MINAS Alta Roda 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O POVO As conquistas e os desafios 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ONLINE STF julgará ação contra a resolução da guerra dos portos 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 Emprego na indústria volta a cair em agosto, mostra IBGE 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Mantega vai defender no Brics criação imediata de fundo 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AMAZONAS NOTÍCIAS Produção Industrial amazonense continua recuando 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Governo afrouxa exigência de conteúdo nacional para tablets 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BLOG DO RONALDO TIRADENTES Problema de lojistas que perderam estabelecimentos em incêndio no Cecomiz não é de fácil solução, avisa Thomaz Nogueira 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO AM registra pior desempenho industrial em oito meses		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Os dados são do IBGE, foram divulgados nesta terça-feira (09), e mostram que o Estado sofre com as dificuldades econômicas do País

Em meio aos percalços enfrentados neste início do ano, o **Amazonas** registrou o pior desempenho industrial no acumulado de janeiro a agosto. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve queda de 7,2% ante igual período de 2011. O índice quase chega ao dobro da média do País que, nesse mesmo intervalo, anotou perda de 3,7%.

Em agosto, um alento: segundo o IBGE, nesse mês, a **produção** industrial no Estado foi de 7,6% ante julho, que, por sua vez, havia caído 5% em relação a junho. Em agosto de 2011 a queda foi de 4,61% em relação a julho, enquanto o acumulado de janeiro a agosto desse mesmo ano foi de 2%.

Com base na avaliação do IBGE, apesar de a **produção** industrial de agosto representar o quinto resultado negativo consecutivo em 2012, trata-se do menos intenso da sequência.

Resultado melhor

Na avaliação do disseminador de informações do IBGE-AM, Adjalma Jacques Nogueira, na medida em que a **produção** industrial for aumentando— tendo em vista as condições oferecidas pelo **mercado**, visto que no segundo semestre ele fica mais aquecido —, será possível garantir um resultado melhor no final do ano.

(A íntegra deste conteúdo está disponível para assinantes digitais ou na versão impressa).

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Lojistas do Cecomiz fazem ato lembrando os três anos de incêndio do shopping		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Cerca de 50 lojistas que perderam suas lojas no incêndio que destruiu parte do shopping Cecomiz, na Zona Sul de **Manaus**, realizam na manhã desta terça-feira (9), um 'Abraço simbólico' para lembrar os três anos do sinistro.

Além do ato, os lojistas também reivindicam para a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, responsável pela administração do local, uma solução para recuperar a área incendiada.

Segundo o representante do sindicato dos lojistas do Cecomiz, Antônio Carlos, eles estão tentando entrar em diálogo com a nova administração da **Suframa**. "Não temos informação oficial do que vai acontecer com o espaço, se vai ser recuperado ou não", disse Antônio Carlos em entrevista a uma rádio local.

Já o titular da **Suframa**, **Thomaz Nogueira**, informou que a situação do shopping Cecomiz é complexa e delicada. Segundo ele, não há planos imediatos para a reconstrução da área incendiada, já que há uma ação judicial aberta pela administração anterior contra os lojistas. Isso devido à falta de pagamento do contrato firmado pela **Suframa**. Esse valor, segundo **Thomaz**, passa o valor de R\$ 1 milhão.

Seguro

Os lojistas do centro de compras pedem também agilidade da **Suframa** no processo de liberação do pagamento do seguro do shopping.

De acordo com o presidente da Associação dos Lojistas do Cecomiz (Alomiz), Demétrius Lopes, já foram pagos à **Suframa** R\$ 3 milhões referentes ao seguro do shopping, porém o recurso ainda não foi liberado, para que as obras de reconstrução da parte incendiada do centro de compras fosse iniciada.

"Tivemos uma reunião com o **Superintendente** da autarquia, **Thomaz Nogueira**, há duas semanas, e nos foi informado que o recurso foi pago e, diante dessa liberação, vamos realizar um movimento para pedir que providências sejam tomadas o quanto antes", informou.

No entanto, segundo **Thomaz Nogueira**, não há nada que se possa fazer no momento por causa da ação que está em processo na justiça e as providências sobre o que vai acontecer com o Cecomiz só poderão ser tomadas depois de a decisão ser julgada.

	VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA	
	TÍTULO Exportar manufaturados ainda governo e empresas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

SÃO PAULO - O maior problema de nossa balança comercial é a grande dependência dos produtos básicos, que representam 70% dos produtos brasileiros vendidos ao exterior, afirma J...

SÃO PAULO - O maior problema de nossa balança comercial é a grande dependência dos produtos básicos, que representam 70% dos produtos brasileiros vendidos ao exterior, afirma José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB). O especialista coloca que a burocracia é um entrave, já que há mais de 17 órgãos envolvidos no **comércio** exterior do País. Outro fator que dificulta o setor de compras e vendas externas, para ele, é a inexistência de um Eximbank (banco próprio para **comércio** exterior) no Brasil. Segundo ele, o projeto foi engavetado pelo atual governo por questões políticas, já que havia uma "briga" entre o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e o Banco do **Brasil** pelo controle da instituição.

Para o especialista, o fato de o **Brasil** fazer parte do **Mercado** Comum do Sul (**Mercosul**) também é uma dificuldade, pois para qualquer acordo bilateral é necessário um consenso com outros membros do bloco. "Isso limita nossa atuação para uma política externa mais agressiva", enfatiza em entrevista ao DCI.

DCI: Como está o cenário de comércio exterior no Brasil?

José Augusto de Castro: Numericamente o **comércio** exterior brasileiro está bem, mas qualitativamente a gente está mal. Os números são bons: **importação**, **exportação**, e principalmente superávit comercial. Quando analisamos os dados da balança comercial e avaliamos o que compõe esses números, começamos a ver nossa enorme dependência das commodities, o equivalente a 70%. São produtos sobre os quais não temos nenhum controle, seja de preço, de quantidade, de nada. Isso significa dizer que nosso **comércio** exterior não tem uma sustentabilidade que depende do Brasil, mas tem uma sustentabilidade que depende do bom humor econômico mundial, especialmente da China. Nosso objetivo seria ter um equilíbrio entre manufaturados e commodities, só que esse equilíbrio só será obtido se o **Brasil** fizer as reformas

de base, principalmente a tributária, a previdenciária, a trabalhista, além da ampliação dos investimentos em infraestrutura. Não podemos esquecer que commodities são produtos vendidos no modo spot, ou seja, cada venda é uma venda. Manufaturados não, são produtos que requerem planejamento de longo prazo, então a venda é continuada e ela é demorada. Hoje, o Reintegra acaba em dezembro. Como uma empresa de manufaturados vai programar uma venda para embarcar depois de dezembro se não dá para saber se vai acabar?

DCI: Como o Reintegra funciona?

JAC: O Reintegra foi criado com o Plano **Brasil** Maior 1, em agosto de 2011, e paga, aos **exportadores** de manufaturados, 3% sobre o valor da **exportação**, a título de ressarcimento de tributos indiretos que serão cobrados no processo produtivo. Isso é legalmente aceito pela Organização Mundial do **Comércio**, só que o governo estabeleceu um prazo - até 31 de dezembro de 2012. Se esse prazo não for prorrogado, ou caso seja revogado, o Reintegra passa a ser entendido como subsídio. Na eventualidade de não haver prorrogação, a impressão é que por um determinado período foi dado um subsídio. Então, na verdade, é uma devolução. No passado, o **Brasil** tinha o crédito-prêmio - é a mesma coisa, só que o crédito- -prêmio representava percentuais muito mais elevados e caracterizava um subsídio, ao contrario do Reintegra, que é um índice fixo de 3% para todos os produtos manufaturados. E o valor recebido pela empresa é compensado com outros tributos do **mercado** interno.

DCI: Por que o fim do Reintegra em dezembro é um problema?

JAC: É um problema porque como é que eu vou fazer uma proposta se o preço de **exportação** até dezembro é "xis" e a partir de janeiro aumenta 3%? O **importador** não entende isso, para ele é o mesmo que estar comprando um produto. Ele quer uma garantia de preços, e não se adaptar às mudanças internas do País. Da mesma forma, quando eu estabeleço um preço, o **importador** não quer saber se a taxa de câmbio está valorizada ou desvalorizada, ele quer o preço. O câmbio é

problema do exportador, ou seja, exportação de manufaturados depende de decisões do nosso País.

DCI: Como o sistema tributário influencia nosso comércio exterior ?

JAC: Toda exportação é isenta de tributos, só paga Imposto de Renda (IR) porque a Organização Mundial do Comércio não permite benefícios com IR. Só que no Brasil, além do regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, as normas legais de PIS e Cofins, temos 27 regulamentos de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços [ICMS]. Cada estado tem o seu. Quando a empresa compra um insumo no mercado interno para exportar, paga PIS, Cofins, ICMS. Quando exporta aquele produto, o que gastou de impostos no mercado interno permanece como crédito para compensar outra venda que vier a ser feita no mercado interno. Só que o Governo Federal, com o PIS e a Cofins, e os estaduais, com ICMS, não devolvem o crédito a que as empresas têm direito, o saldo que elas conseguem compensar automaticamente. O Governo Federal, no Plano Brasil Maior 1, admitiu que deve R\$ 19 bilhões só de PIS e Cofins, e que um dos objetivos do programa era acelerar o pagamento desses créditos.

DCI: Na prática isso não aconteceu?

JAC: Não aconteceu nada. Nos estados muito menos, porque alegam ser obrigados a abrir mão do ICMS. E o Governo Federal, que deveria ressarcir-los, devolveu apenas uma parte. Na prática é assim: pago ICMS na venda, mas os créditos a receber não consigo transformar em receita efetiva, e vira custo porque, indiretamente, exporro tributos agregados ao produto. É um sistema irracional, arcaico e onera especialmente o produto manufaturado. Penaliza quanto maior valor agregado tem o produto e, indiretamente, estimula a exportação de produtos sem beneficiamento. Por isso a reforma tributária é importante, o nosso entrave está aqui, no País.

DCI: O senhor achou positiva a decisão sobre a guerra dos portos, proibindo os estados de dar incentivos de ICMS à entrada de produtos estrangeiros?

JAC: Essa medida só começa a valer a partir de janeiro, mas sem dúvida é positiva, embora a existência de um sistema unificado de ICMS no Brasil impediria essa situação. Temos que adotar essas medidas porque, cada vez que criamos uma guerra interna, quem se beneficia é lá fora, o exportador que vende para o Brasil ou, eventualmente, em algum caso o importador que compra do Brasil.

DCI: Pode ser possível para o Brasil um Balcão Único de Exportação para reduzir a burocracia?

JAC: Possível é, mas não há vontade política para isso. Cada Ministério tem autonomia e cada um tem um dono, que é um partido político, que quer poder. Um balcão único tiraria poder dos políticos, e eles não vão concordar com isso. Conforme dados do próprio Ministério, temos 17 órgãos envolvidos entre Ministérios e órgãos complementares no comércio exterior. Se pelo menos houvesse integração entre eles, já reduziria muito a burocracia. Hoje, o Brasil tem cerca de 4,5 milhões de empresas, apenas 19 mil são exportadoras, ou seja, um número mínimo. Existem milhares de pequenas e médias empresas que gostariam de exportar, mas a estrutura tributária e burocrática é tão grande que inviabiliza tudo. Exportando, elas se fortaleceriam no mercado interno, passariam a ter uma estrutura de custos mais apropriada, estariam preparadas para enfrentar os concorrentes no exterior. Para muitas, é questão de sobrevivência buscar novos mercados e não ficar presa apenas no mercado interno.

DCI: O sistema de drawback funciona bem?

JAC: O drawback passou por uma evolução grande nos últimos anos; era tudo no papel, agora é tudo informatizado; hoje funciona relativamente bem. Antes só permitia a importação, hoje já permite a compra no mercado interno sob regime de drawback. O que não existe hoje é ICMS; como são 27 estados, e cada um tem seu regulamento, os estados ainda não aderiram ao sistema de drawback para comprar no mercado interno.

DCI: A estrutura de comércio exterior de algum país poderia servir de modelo para o Brasil?

JAC: O Brasil é modelo de informatização. Estados Unidos têm um comércio bem simples, as coisas são muito rápidas. Primeiro confia-se na palavra. Aqui você não confia na palavra, tem muitas instituições envolvidas e algumas com excessiva força. A gente sempre diz que o fiscal da Receita Federal tem mais força que muitos Ministérios e muitos ministros porque a decisão é só dele naquele momento de liberar a mercadoria para exportação ou importação, concentra-se força demais em pessoas. Aqui, as regras do jogo mudam constantemente, todo dia sai uma portaria nova da Receita, da Secex ou do Ministério da Agricultura. Há um excesso de leis, apesar de termos uma lei dizendo que a Camex tem de ser ouvida antes de qualquer mudança. Mas isso é desconsiderado. Nos Estados Unidos, as leis são estáveis, então isso facilita porque o empresário quer estabilidade de uma taxa de câmbio que pode até não ser o ideal, mas ele

quer a segurança e a estabilidade das normas para planejar. O Brasil está à frente em termos de informatização, hoje é o único país onde se consegue saber, minuto a minuto, o que foi exportado e importado. E a partir da entrada do Siscosev - sistema informatizado desenvolvido pelo Governo Federal como ferramenta para o aprimoramento das ações de estímulo, formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas a serviços e para a orientação de estratégias empresariais de comércio exterior -, isso também vai ser possível neste sistema.

DCI: Por que o projeto do Eximbank foi engavetado pelo governo? Faz parte da política protecionista?

JAC: Mais uma vez engavetado por questões políticas. De um lado, tínhamos o Banco do Brasil, e do outro, o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Banco do Brasil está subordinado ao Ministério da Fazenda. É uma briga política, nada mais. Sou favorável a um Eximbank vinculado ao Banco do Brasil, ou ao BNDES, ou independente. Ele nada mais é do que um banco para financiar operações de produtos manufaturados. Se quisermos aumentar a exportação de manufaturados, temos que ter meios e condições para isso. Todos os principais países exportadores mundiais de manufaturados têm um Eximbank. É

o primeiro passo para sermos grandes exportadores. Existe necessidade e demanda, todo o setor empresarial é favorável ao Eximbank, mas tem o aspecto político, que acaba impedindo a criação dessa instituição.

DCI: De que forma a inserção do Brasil no grupo BRICS pode ajudar o País no seu comércio exterior?

JAC: Antes de falar especificamente dos BRICS, vamos falar dos nossos entraves internos. O primeiro chama-se Mercosul. Nenhum membro do bloco pode fazer qualquer acordo bilateral. Isso limita que o Brasil possa ter uma política externa mais agressiva de comércio exterior mediante a assinatura de acordos bilaterais, porque precisam sempre ser firmados no âmbito do bloco. Faço um paralelo entre nós e o México. Enquanto o Brasil é mais um mercado conservador, o México é agressivo. Enquanto o Mercosul está voltado para dentro, o México e o Chile estão voltados para fora, cada um com mais de 50 acordos bilaterais. Na prática não temos nada. Um acordo do Mercosul com a União Europeia - de que se fala desde 2003 - não tem perspectiva. A criação do banco do BRICS é importante, mas se o Brasil exportasse manufaturados. O maior beneficiário será a China, que exporta 95% de manufaturados. A iniciativa é válida porque está integrando as economias similares.

	VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA	
	TÍTULO Setor privado prevê cenário econômico melhor em 2013		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os empresários brasileiros estão mais otimistas em relação aos indicadores macroeconômicos do próximo ano. Segundo pesquisa realizada pela Câmara Americana de Comércio (Amcham) e divulgada ontem, a maioria dos representantes das 214 empresas ouvidas no estudo preveem uma inflação estável e um Produto Interno Bruto (PIB) mais alto para o ano de 2013.

Segundo os resultados do Business Round Up, 52% dos entrevistados acreditam que a inflação do próximo ano será estável, 40% creem que será crescente e 9% que terá queda. Sobre o crescimento do **PIB** do próximo período, 52% das empresas participantes acreditam que será maior que neste ano, 36% preveem que será estável e apenas 12% esperam uma queda.

O montante de 60% dos participantes avaliou que nos próximo ano a taxa básica de juros (Selic) deve fechar em um patamar estável em relação a esse ano. Hoje o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) divulga se mantém a Selic em 7,5% ou realiza mais um corte na taxa. O **mercado** financeiro se mostra divergente sobre um corte de 0,25% nesta reunião ou a manutenção da taxa. Esse será o penúltimo encontro do Comitê no ano.

Segundo o economista-chefe do HSBC Brasil, André Leos, a expectativa da instituição financeira é de que o **PIB** do próximo ano cresça 3,8%, a inflação chegue a 5,5% e o câmbio feche o próximo ano em R\$ 2,1.

Para os empresários ouvidos pela Amcham, os três maiores focos de suas instituições no próximo ano serão em primeiro lugar estratégias comerciais, seguido de marketing e de inovação, pesquisa e **desenvolvimento** e tecnologia.

Segundo o economista-chefe, esse terceiro grupo é um dos grandes gargalos do Brasil.

"Há uma necessidade de busca de mais eficiência seja na produtividade da mão de obra seja na oferta de infraestrutura, que é um outro gargalo relevante do País, esse ponto eu acho relevante relacionado a educação que aí claramente tem aspectos que são públicos ligados a educação e arcabouço de pesquisa e muitos aspectos ligados ao setor privado também que precisa dar mais atenção a isso", completou

Para ele, o País teve uma tradição de muita volatilidade e esses investimentos em inovação, que são de longo prazo, tiveram dificuldade de serem realizados.

Balança Comercial

Para 65% das empresas participantes da pesquisa sobre perspectivas para 2013, o **comércio** exterior do **Brasil** irá evoluir ainda mais se buscar uma aproximação com economias consolidadas como Estados Unidos, Alemanha e China.

Em segundo lugar ficou a alternativa de aproximação com **mercados** emergentes como Rússia, Índia, África do Sul e México. A terceira opção mais assinalada pelos participantes foi o aumento do número de acordos bilaterais.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Lista de produtos para <u>ICMS</u> dos portos sai ainda este mês		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo o Ministério da Fazenda e a Secretaria da Fazenda de São Paulo, a regulamentação da aplicação da alíquota única de 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações interestaduais com importados está avançada.

Dyogo Henrique de Oliveira, secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, disse ontem que a lista da Câmara de Comércio Exterior (Camex) com os produtos sem similar nacional está praticamente pronta e deve sair na próxima reunião do órgão, ainda em outubro.

A lista é uma das medidas de regulamentação previstas pela Resolução nº 13, que estabeleceu a alíquota única de ICMS de 4% com o objetivo de acabar com a guerra fiscal dos portos. A lista da Camex deve definir quais produtos importados não têm similar nacional e, por isso, ficarão fora da regra da alíquota unificada de 4%.

A regulamentação avança a contento e de forma rápida, disse Oliveira. Estamos bastante otimistas que já estará em vigor em janeiro a resolução do fim da guerra dos portos.

José Clóvis Cabrera, coordenador de administração tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contou que entre os Estados a regulamentação também tem avançado. Segundo ele, o grupo técnico com representantes de todos os Estados encarregado do assunto reuniu-se na semana passada e houve consenso em alguns pontos.

Um deles é que a alíquota única deve ser aplicada não só na primeira operação interestadual com o importado, mas em todas as vendas entre Estados subsequentes. Essa é uma das grandes dúvidas sobre a aplicação da alíquota de 4%. A ideia, disse Cabrera, é que a alíquota de 4% deverá ser aplicada em todas as operações em que o conteúdo importado supere 40%, conforme estabelecido pela Resolução 13.

Os critérios para medir o conteúdo importado, segundo a resolução, podem ser definidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). De acordo com Cabrera, também há avanço entre Estados nesse ponto. A definição do conteúdo importado deve seguir um sistema declaratório, em que o contribuinte que vende e o que compra declaram o conteúdo de importação e, com base nisso, recolhem o ICMS interestadual.

A ideia é que os Fiscos dos dois Estados envolvidos na venda interestadual tenham acesso aos dados necessários para a apuração do imposto. O desafio, nesse caso, é afinar os sistemas de informatização dos Estados.

Segundo Cabrera, na próxima semana haverá nova reunião dos técnicos, em Brasília. A expectativa, disse ele, é que até o fim do mês a proposta de regulamentação dos Estados esteja pronta.

Para Cabrera, a tributação no destino, com a redução da alíquota interestadual de ICMS em todas as operações, não somente dos importados, é uma solução para o fim da guerra fiscal. Segundo ele, São Paulo tem estudado cuidadosamente esse assunto, inclusive vendo com carinho todas as propostas de regras de transição.

O coordenador lembra, porém, que a alíquota mais baixa, com tributação no destino, gerará problemas no dia seguinte. Isso aumentará o território para simulação de operações interestaduais, o que necessitará de maior fiscalização. Em relação aos benefícios em vigor e do passado, Cabrera reiterou a posição paulista. Segundo ele, o Estado é contra convalidação ampla, geral e irrestrita. Temos olhar condescendente a investimentos industriais que criaram valor e raiz em outros Estados, mas temos tolerância menor a incentivos que geraram a guerra fiscal dos portos e a dos atacadistas.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Resolução sobre <u>ICMS</u> é questionada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo propôs uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a Resolução nº 13 do Senado, que unificou as alíquotas interestaduais do ICMS em 4% para operações com mercadorias importadas. A resolução, que entra em vigor em janeiro, foi editada para acabar com a chamada guerra dos portos, gerada pela concessão de benefícios fiscais por Estados para estimular a entrada de produtos por meio de seus portos, elevando a arrecadação de ICMS.

Na ação, a assembleia capixaba argumenta que a norma do Senado estabelece uma discriminação entre produtos estrangeiros e nacionais. Alega ainda que o Senado teria invadido a competência do Congresso Nacional ao legislar sobre comércio exterior e que a norma restringe indevidamente a competência normativa conferida aos Estados para estimular a atividade econômica.

Ao julgar a Adin, a tendência é de que o Supremo declare a constitucionalidade da resolução, em razão da jurisprudência contra normas que incentivem a guerra fiscal, segundo o advogado Alessandro Mendes Cardoso, do escritório Rolim, Viotti & Leite Campos. O tribunal já julgou inconstitucionais várias normas que instituem crédito presumido de ICMS em operações interestaduais sem a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Para o advogado, o Supremo deverá levar em consideração que o Senado pretendia evitar os efeitos nefastos desse conflito entre os Estados. Esse é o objetivo pretendido pela Constituição Federal, além de a medida

estimular a produção nacional porque o produto importado, muitas vezes, acaba chegando ao Brasil com carga fiscal inferior ao do produto nacional, diz Cardoso.

De acordo com o advogado Rafael Correia Fuso, do escritório Salusse Marangoni Advogados, a resolução não invade a competência dos Estados para legislar porque só foi instituída pelo fato de os governos não chegarem a um consenso sobre o assunto. Além disso, afirma Fuso, a Constituição deixa claro que o Senado é competente para criar resoluções para tratar de questões relacionadas a alíquotas interestaduais. O objetivo da ação judicial mais parece uma tentativa da assembleia de obstaculizar a transferência de créditos de ICMS para outros Estados, diz.

Já o advogado Maucir Fregonesi Júnior, do escritório Siqueira Castro Advogados, considera constitucional o direito de os Estados estabelecerem alíquotas interestaduais diferenciadas, de acordo com a realidade econômica e social de cada região. O intuito da resolução é legítimo e louvável para tentar acabar com a guerra dos portos. Mas as alíquotas interestaduais distintas existem para promover um equilíbrio, diz. (LI)

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA	
	TÍTULO Alta Roda		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Salto tecnológico

Um dos pontos mais positivos são as metas de consumo de combustível

Fernando Calmon

Depois de longa espera e sucessivos adiamentos, finalmente saiu a regulamentação do novo regime automobilístico brasileiro, a vigorar entre 2013 e 2017. Batizado pomposamente de Inovar-Auto, traz estímulos fiscais e de política industrial na direção de melhorar os carros fabricados no país. O enfoque se concentrou em patamar tecnológico, economia de combustível, conteúdo de peças produzidas no Brasil (Mercosul) incluído, itens de segurança passiva e ativa, geração de empregos e pesquisas com potencial de gerar inovações.

O programa é bastante complexo, entre outras razões, para dificultar contestação em fóruns como a Organização Mundial do Comércio. Além de intervencionista e de eleger vencedores e perdedores entre os que estão ou querem participar do mercado brasileiro, deve-se reconhecer que os objetivos são importantes e, se alcançados, representarão um grande salto de atualização.

O regime contempla empresas que já produzem, apenas importam ou têm projetos de investimentos. Todas, sem exceção, serão afetadas. Aquelas instaladas há mais tempo poderão cumprir exigências de compras locais com maior facilidade. No entanto, a estratégia de estimular novos fabricantes traz a competição como forma realmente eficaz de alcançar preços menores ao consumidor.

Entre as que pretendem investir, houve sensibilidade para atender marcas especializadas em modelos sofisticados. Serão fábricas dimensionadas para até 35 mil unidades anuais, com investimento mínimo de R\$ 17 mil por veículo produzido. Haverá índice (obrigatório) menor de compras internas e atrairá, de imediato, BMW e Land Rover, com planos adiantados. Dificilmente empresas como Audi e Mercedes-Benz deixarão de aderir, mesmo porque existirão cotas sem o super-IPI hoje incidente sobre modelos importados.

A grande maioria dos importadores também terá cotas, sem IPI extra, proporcionais ao volume médio comercializado entre 2009 e 2011, limitadas a 4.800 unidades/ano. Eles terão, porém, de investir 0,65% do faturamento líquido em um fundo nacional de desenvolvimento tecnológico, espécie de pedágio por usufruir do mercado interno. Alívio para quem está no negócio, à exceção da Kia, que, sem produção local, enfrentará dificuldades comerciais por seu volume de importações.

Um dos pontos mais positivos são as metas de consumo de combustível. O governo foi pragmático e deixou de lado as emissões de CO2, pois há equivalência direta com o consumo. Compulsoriamente, a média dos automóveis de cada empresa terá de diminuir 13,6% até 2017, até atingir a média (cidade-estrada) de 15,9km/l (gasolina) e de 11km/l (etanol).

Há, ainda, meta audaciosa, porém incentivada, com até 2 pontos percentuais de redução de IPI para fabricantes que na média, entre 2017 e 2020, atinjam 17,3km/l (gasolina) e 12km/l (etanol). A nova lei deixa dúvidas se o IPI menor deve se repassar aos preços ou servirá de compensação aos investimentos.

Como ocorre no exterior, carros econômicos são mais caros: não existe almoço grátis, quando se fala de tecnologia, em geral. Assim, não acredite que a economia de R\$ 1.100 por ano em combustível, no discurso do governo, seja efetiva, pois dependerá do preço do carro.

RODA VIVA

OS RESULTADOS ruins de vendas em setembro já eram esperados. Além da acomodação natural, depois dos volumes estratosféricos de agosto, o mês passado teve menos quatro dias úteis. Assim, os estoques subiram de 19 para 33 dias, o que diminuiu atrasos nas entregas de alguns modelos. As exportações vão de mal a pior: a Anfavea reduziu sua previsão em 2012.

A ARQUITETURA do carro conceitual Active Tourer, primeiro BMW de tração dianteira, apresentado no Salão de Paris, vai gerar até nove modelos diferentes da própria marca e da sua controlada, Mini. Com certeza, um desses

carros está nos planos de **produção** da fábrica catarinense, como a coluna antecipou. Será futuro modelo de entrada, a preço abaixo do X1 sDrive 18i.

O NOVO Mercedes-Benz Classe B corrigiu fraquezas anteriores. Mais baixo e largo, alcança ótimo coeficiente aerodinâmico (Cx) de 0,26. Preços: de R\$ 115.900 a R\$ 129.900. Motor turbo, 156 cv/22,4kgfm, e caixa de câmbio automatizada (duas embreagens e sete marchas), no lugar da insossa CVT de antes, formam bom conjunto. Faltam equipamentos, como ar-condicionado digital. Agora, o sistema eletrônico permite entrar e sair de vagas.

A MITSUBISHI trabalha para lançar, em breve, primeira picape média com câmbio automatizado (uma embreagem), da Magneti Marelli. Estará disponível na Triton com motor flex, quatro cilindros. A fábrica detectou interesse por essa solução mais em conta do que o automático convencional.

a Chrysler cortou os preços de seus produtos, recentemente, nada mais fez do que se antecipar ao que estava previsto no novo regime automobilístico. Afinal, ela já tinha informações sobre o cancelamento do super-IPI. Não faltou quem suspeitasse de absorção de margens de lucro, apontada por uma revista americana de negócios.

	VEÍCULO O POVO	EDITORIA	
	TÍTULO As conquistas e os desafios		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os números recentes de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre os avanços sociais e econômicos do País nos últimos 10 anos são a prova mais cabal do acerto da orientação e das medidas adotadas pelos governos Lula e Dilma Rousseff.

As estatísticas registraram uma redução drástica da desigualdade. A renda dos 10% mais pobres cresceu 91,2% até 2011. Isso significa que mais de 23 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema. E esta mesma renda está crescendo cinco vezes e meia mais rápido que a dos 10% mais ricos.

A redução da desigualdade adquire, também, significativos contornos regionais e geográficos. Nestes últimos anos o **Governo Federal** investiu, como nunca ocorrera antes, em projetos estruturantes na nossa região. Resultado: o estudo do Ipea mostra que a renda do Nordeste cresceu 72,8%, contra 45,8% no Sudeste.

Da mesma forma, as áreas rurais pobres, antes abandonadas por sucessivos governos, viram a sua renda crescer 85,5%, enquanto a das metrópoles subia 40,5%. O Ipea destaca o papel de programas como o Bolsa Família e o **Brasil Sem Miséria** para se alcançar índices tão expressivos.

O aumento real dos salários e a política de criação de empregos, por meio de uma política industrial que estimula o crescimento do **mercado** interno, são fatores que devem ser também considerados para explicar tantas conquistas. Antes, os pessimistas achavam difícil o salário mínimo atingir a marca dos US\$ 100. Hoje supera US\$ 300.

Há, ainda, muito a ser feito, para superar disparidades seculares. Mas o que deve ser ressaltado é que nos últimos anos adquirimos um rumo, temos um projeto coerente de País. Estamos aproveitando as nossas imensas potencialidades em favor de toda a população. Isto significa crescer com justiça social, democracia plena e economia consolidada.

Os que criticam esse modelo vitorioso, que reduziu - também de forma inédita - os índices de desemprego, no fundo não acreditam na capacidade do povo brasileiro. O estudo do Ipea demonstra, contudo, que está valendo muito a pena apostar no potencial do nosso País e do seu povo. É assim que vamos avançar ainda mais nessa jornada que completa uma década vitoriosa.

Não podemos nos esquecer, no entanto, que esse quadro estimulante faz surgir novos desafios, principalmente no que diz respeito ao planejamento urbano. O aumento da renda gera novas demandas por infraestrutura, habitação e serviços, por exemplo.

Como se percebe em todas as grandes capitais, e Fortaleza não é uma exceção, a gestão urbana terá de se adequar aos novos tempos, com soluções inovadoras para permitir um crescimento harmônico e equilibrado. Esta é a moderna agenda de um País que não perde de vista o objetivo central do seu **desenvolvimento** recente: melhorar a vida de milhões de brasileiros.

	VEÍCULO VALOR ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO STF julgará ação contra a resolução da guerra dos portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SÃO PAULO - A Assembleia Legislativa do Espírito Santo propôs uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a Resolução nº 13 do Senado, que unificou as alíquotas interestaduais de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% nas operações com mercadorias importadas, a partir de janeiro de 2013. A medida objetiva acabar com a chamada guerra fiscal dos portos em que os Estados concedem benefícios fiscais para que a mercadoria importada entre no país por meio do seu porto, arrecadando mais ICMS.

Para o advogado Alessandro Mendes Cardoso, a tendência é STF ser favorável ao Senado

Na ação capixaba, a assembleia argumenta que a norma do Senado estabelece uma discriminação entre produtos estrangeiros e nacionais porque estes podem ter alíquotas diferenciadas. Alega ainda que o Senado teria invadido a competência legislativa do Congresso Nacional por legislar sobre **comércio** exterior e que a norma restringe indevidamente a competência normativa conferida aos Estados para estimular a atividade econômica.

Ao julgar a Adin, a tendência é de que o Supremo declare a constitucionalidade da resolução, em razão da jurisprudência bem formada da Corte contra normas que incentivem a guerra fiscal, segundo o advogado Alessandro Mendes Cardoso, do escritório Rolim, Viotti & Leite Campos. O Supremo já julgou inconstitucionais várias normas que instituem crédito presumido de **ICMS** em operações interestaduais sem a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

“A tendência é o STF considerar que o Senado objetiva evitar os efeitos nefastos desse conflito entre os Estados”, afirma. “Esse é o objetivo pretendido pela Constituição Federal, além de a medida estimular a **produção** nacional porque o produto **importado**, muitas vezes, acaba chegando ao **Brasil** com carga fiscal inferior ao do produto nacional”, diz.

A resolução não invade a competência dos Estados de legislar porque só foi instituída pelo fato de os Estados não chegarem a um consenso sobre o assunto. Essa é a análise do advogado Rafael Correia Fuso, do escritório Salusse Marangoni Advogados. Além disso, segundo Fuso, a Constituição deixa claro que o Senado é competente para criar resoluções para tratar de questões relacionadas a alíquotas interestaduais. “O objetivo da ação judicial mais parece uma tentativa da Assembleia de obstaculizar a transferência de créditos de **ICMS** para outros Estados”, diz.

Já para o advogado Maucir Fregonesi Júnior, do escritório Siqueira Castro Advogados, o intuito da resolução é legítimo e louvável para tentar acabar com a guerra dos portos, mas a impossibilidade de serem impostas alíquotas diferenciadas, de acordo com a realidade econômica e social de cada Estado, é inconstitucional. “As alíquotas interestaduais distintas existem para promover esse equilíbrio”, diz.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Emprego na indústria volta a cair em agosto, mostra IBGE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Taxa caiu 0,1% após ter registrado leve alta no mês anterior.

Em agosto, a produção da indústria brasileira registrou alta de 1,5% .

O emprego na indústria brasileira voltou a cair em agosto, na comparação com o mês anterior, segundo levantamento divulgado nesta quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa teve leve recuo de 0,1%, ante alta de 0,2% em julho, que havia interrompido uma sequência quatro baixas seguidas.

Em agosto, a produção da indústria brasileira registrou alta de 1,5% em agosto sobre julho e cresceu em 9 das 14 regiões pesquisadas pelo IBGE.

Em relação a agosto do ano passado, o emprego industrial caiu mais, 2,0%, o 11º resultado negativo seguido nesse tipo de comparação e o mais intenso desde dezembro de 2009, quando o índice recuara 2,4%. De janeiro a agosto, o emprego na indústria acumula queda de 1,4% e, em 12 meses, de 1,0%.

Na comparação anual, foi registrada redução em 12 dos 14 locais, com principal influência negativa partindo de São Paulo (-3,2%), seguido pela região Nordeste (-3,4%), pelo Rio Grande do Sul (-2,8%), por Pernambuco (-5,7%), Santa Catarina (-1,7%) e pelas regiões Norte e Centro-Oeste (-1,5%). Tiveram comportamento distinto Paraná, com alta de 1,5%, e Minas Gerais, de 0,5%.

Quanto à análise dos setores, as baixas foram vistas em 14 dos 18 analisados. As pressões partiram de vestuário (-12,1%), têxtil (-7,0%), calçados e couro (-6,1%), entre outros. O maior destaque de alta sobre a média da indústria veio do setor de alimentos e bebidas (3,6%).

No índice acumulado no ano, houve queda no emprego em 11 locais e em 13 dos 18 setores investigados, com

destaque para São Paulo (-3,2%) e para o setor de vestuário (-8,3%).

Horas pagas

O número de horas pagas aos trabalhadores da indústria não variou em agosto. Sobre o mesmo período do ano anterior, o número de horas pagas caiu 2,6%, a 12ª taxa negativa consecutiva nesse tipo de comparação. No ano, o índice tem queda de 2,1% e, nos últimos 12 meses, de 1,9%.

Salários

O salário dos trabalhadores cresceu 2,2% frente julho, após cair 1,1% registrada em julho. Na comparação com agosto de 2011, o valor da folha de pagamento real cresceu 1,7% em agosto de 2012, o 32º resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação. No ano, o índice avançou 3,4% frente a igual período do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos 12 meses, avançou 3,2% em agosto de 2012.

Na comparação anual, o valor da folha de pagamento real subiu em 12 locais investigados. As maiores influências sobre o total nacional foram verificadas em São Paulo (1,1%), Paraná (5,8%), Minas Gerais (3,3%), Rio Grande do Sul (3,6%) e Santa Catarina (3,5%). Na contramão, as regiões Norte e Centro-Oeste (-2,2%) tiveram o impacto negativo mais relevante nesse mês.

Houve alta em 10 dos 18 setores investigados, com destaque para alimentos e bebidas (10%).

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega vai defender no Brics criação imediata de fundo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Objetivo é constituir uma reserva de proteção monetária contra crises que poderá ser usada por países do grupo

Simone Cavalcanti

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e seus homólogos do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), se reúnem no início da tarde dessa quinta-feira (fuso horário do Japão), em Tóquio, para apressar a formação de uma rede de proteção monetária, por fora da alçada do FMI. A ideia, lançada no início deste ano durante o G-20, é constituir um fundo de reservas que possa ser usado caso um dos países se encontre em dificuldades financeiras com um nível de exigências e contrapartidas para os empréstimos bem menores.

Inicialmente será um fundo complementar ao de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso porque a disponibilidade de recursos não se equiparará à da instituição. "No entanto, ao estabelecer essa rede de segurança, os participantes vão definir suas próprias regras e, para acioná-lo, não dependerão de outras regiões ou países que têm mais poder no FMI", disse ao **Brasil** ECONÔMICO uma fonte do governo brasileiro envolvida nas negociações.

Em agosto passado, o grupo de técnicos do Brics se encontrou no Rio de Janeiro e formatou as diretrizes para esse novo fundo.

Agora, na capital japonesa em reunião paralela, os ministros de Finanças desses países vão discutí-las e avaliar sua viabilidade.

A princípio deve-se optar por um fundo plurilateral virtual a exemplo do que existe dentro do acordo de Chiang Mai - cidade tailandesa na qual foi feito um acordo similar com os asiáticos. Após acertados os valores, cada país coloca o montante de suas reservas à disposição para quem precisar dos recursos.

Caso algum dos integrantes passe por uma crise no balanço de pagamentos ou algum problema de liquidez e precise de recursos para reservas, recorre ao acordo e paga juro preestabelecido.

Como é virtual, os recursos só saem das reservas internacionais dos países-membros se houver a solicitação. Na pauta também está a discussão sobre a formação de um banco comum a esses países.

Crise e baixo crescimento

Nesta semana, Mantega participará do encontro anual do FMI e do Banco Mundial (Bird) onde discutirá com outros países membros a continuação da crise e o baixo crescimento da economia global. O encontro, que será comandado pela diretora-gerente do Fundo, Christine Lagarde, e o presidente do Bird, Jim Yong Kim, deve abrigar representantes de 188 países.

De acordo com comunicado conjunto das duas instituições, o momento exige empenho construtivo e espírito de flexibilidade e compromisso de todos.

Não é para menos, relatório do World Economic Outlook divulgado pelo FMI na capital japonesa indica redução das estimativas para a expansão mundial tanto para este ano quanto para 2013. Agora a projeção é de 3,3% em 2012 e 3,6% no ano que vem contra os 3,5% e 3,9% esperados anteriormente.

Os países desenvolvidos têm o cenário mais sombrio, com previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 1,3% neste ano (ante 1,6% em 2011 e 3% em 2010). O FMI avalia que esse baixo dinamismo deve-se aos cortes dos gastos públicos que vêm sendo implementados sistematicamente e à debilidade do sistema financeiro.

Já para o Brasil, com uma política fiscal e monetária expansionista, o FMI prevê alta do produto bem próxima a das economias maduras: 1,5%, um dos níveis mais baixos entre os emergentes.

Inicialmente, fundo será complementar ao dos organismos multilaterais, como o FMI



VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
TÍTULO Produção Industrial amazonense continua recuando		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em agosto de 2012, a **produção** industrial do **Amazonas** ajustada sazonalmente avançou 7,6% frente ao mês imediatamente anterior, eliminando assim o recuo de 5,5% registrado em julho último. Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral cresceu 2,3% entre os trimestres encerrados em julho e agosto e interrompeu com a trajetória descendente iniciada em setembro do ano passado.

Na comparação com igual mês do ano anterior, o setor industrial do **Amazonas** registrou queda de 4,6% em agosto de 2012, quinto resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto, mas o menos intenso dessa sequência. Com isso, no índice acumulado dos primeiros oito meses do ano, o setor industrial mostrou recuo de 7,2% frente a igual período do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, recuou 2,2% em agosto de 2012, e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em março último.

A **produção** industrial do **Amazonas** recuou 4,6% em agosto de 2012 influenciado em grande parte pelo perfil disseminado de taxas negativas, uma vez que oito das onze atividades pesquisadas apresentaram redução na **produção**. O principal impacto negativo sobre o total da indústria foi observado no setor de outros equipamentos de transporte (-21,0%), pressionado pela menor **produção** de motocicletas e suas peças. Vale citar também as contribuições negativas vindas de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação (-6,4%), refino de petróleo e **produção** de álcool (-37,2%), edição, impressão e **reprodução** de gravações (-13,5%) e máquinas e equipamentos (-11,0%). Nesses setores

destacaram-se, respectivamente, os recuos na fabricação dos itens: telefones celulares; gasolina automotiva; discos de vídeos (DVD) e cds; e fornos de micro-ondas. Por outro lado, a influência positiva mais relevante sobre a média global veio do setor de alimentos e bebidas (29,4%) impulsionado, principalmente, pelo avanço na **produção** de preparações em xarope e em pó para elaboração de bebidas e refrigerantes.

O indicador acumulado para no período janeiro-agosto de 2012 assinalou recuo de 7,2%, com perfil generalizado de taxas negativas, já que nove das onze atividades apontaram queda na **produção**. A indústria de outros equipamentos de transporte (-17,3%) exerceu a maior influência negativa no resultado global, vindo a seguir os impactos registrados por material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-6,9%), máquinas e equipamentos (-19,1%), edição, impressão e **reprodução** de gravações (-12,1%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (-10,6%) e refino de petróleo e **produção** de álcool (-11,4%). Nessas atividades sobressaíram, respectivamente, os recuos na **produção** de motocicletas e suas peças; telefones celulares; aparelhos de ar condicionado e fornos de micro-ondas; discos de vídeo (DVD); relógios; e gasolina automotiva, óleo diesel e outros óleos combustíveis. Por outro lado, os dois ramos que apontaram crescimento na **produção** foram: alimentos e bebidas (7,2%) e produtos químicos (21,3%), impulsionados pela maior fabricação de preparações em xarope e em pó para elaboração de bebidas e refrigerantes, no primeiro setor, e de oxigênio no segundo.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Governo afrouxa exigência de conteúdo nacional para tablets		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo vai flexibilizar as exigências de porcentagem mínima de conteúdo nacional na produção de tablets, condição imposta aos fabricantes que quiserem ter redução nos tributos que pagam.

Outras revisões no processo não estão descartadas

Sem cortar os benefícios fiscais, como alíquota zero de PIS/Cofins, o governo deve rever as exigências de componentes produzidos no Brasil que devem ser usados na montagem dos eletrônicos.

Os incentivos previstos ao cumprir o Processo Produtivo Básico (PPB) podem resultar em abatimento de até 30% no custo da produção.

Além dos tablets, devem ser contemplados computadores portáteis (notebooks, netbooks e ultrabooks) e os do tipo "all in one" (como os iMacs, da Apple).

A decisão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Mcti) foi tomada depois que fabricantes de equipamentos pediram a revisão do PPB exigido pelas Lei de Informática e do Bem para concessão de benefícios fiscais.

Uma das reclamações da indústria é a de que as portarias que regulam os PPBs embaralhavam diferentes componentes dentro de uma mesma categoria.

FALTA DE OFERTA

Outro pleito apresentado era o de que as alíquotas exigidas para alguns componentes eram rígidas demais em relação à oferta dessas peças por fabricantes nacionais.

Segundo o Mcti, o problema procede e ocorreu devido a um atraso na instalação de grandes fornecedoras.

"Fizemos uma diligência junto aos fabricantes, acompanhamos as importações. A conclusão foi que os fornecedores de componentes precisarão de um tempo maior",

afirmou Henrique de Oliveira Miguel, coordenador-geral de microeletrônica do Mcti.

O Ministério sabe que a medida pode justamente desmotivar os investimentos desses fornecedores de componentes que ainda não iniciaram a produção no Brasil.

"É a maior preocupação", afirma Miguel.

Com exigência menor de produtos nacionais, abre-se a porta para os importados, principalmente memórias de computador (veja quadro).

Para tablets, por exemplo, em vez de a participação nacional de memórias subir para 30% em 2013, como o previsto, os fabricantes deverão manter os 20% atuais.

A intenção levada ao Ministério pela indústria de computadores era mais ambiciosa: zerar a exigência de conteúdo nacional.

Às vésperas de completar um ano, a desoneração para os tablets foi uma contrapartida oferecida a algumas empresas internacionais para se instalarem no Brasil.

É o caso da chinesa Foxconn, por exemplo, que produz os eletrônicos da Apple em Jundiaí (SP), mas tem outras sete fábricas no país e anunciou que abrirá a nona.

Segundo o Mcti, a revisão beneficiará outras empresas. São mais de 25 indústrias de tablets e mais de cem de notebooks enquadradas no PPB. A pasta deve colocar o assunto em consulta pública nos próximos dias.

Após isso, um parecer técnico conjunto entre Suframa e os Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento será elaborado e encaminhado aos titulares das pastas. A expectativa é que a portaria com as novas porcentagens de conteúdo nacional mínimo saia num período de 20 a 30 dias.

	VEÍCULO BLOG DO RONALDO TIRADENTES	EDITORIA	
	TÍTULO Problema de lojistas que perderam estabelecimentos em incêndio no Cecomiz não é de fácil solução, avisa <u>Thomaz Nogueira</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os 54 lojistas que tiveram seus estabelecimentos destruídos por um incêndio, há cerca de três anos, no Shopping Cecomiz, zona Sul de Manaus, fizeram um ato público, no local, na manhã desta terça-feira (9), pela reconstrução da área destruída e das lojas deles.

Os lojistas deram um abraço simbólico na área do incêndio. O representante dos sinistrados, lojista Antônio Carlos, disse que, apesar de já existir um canal de comunicação aberto com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), eles não recebem nenhuma informação. “Não sabemos de nada! Hoje, temos um canal aberto com a administração da Suframa, que está verificando o processo que foi movido contra a gente, porque foi feito um contrato de locação que antes não existia. Nós pagávamos uma taxa. Isso aqui era administração da Suframa e não nossa. Nós éramos incentivados a vir p’ra cá e, depois, criaram um contrato com a promessa de compra e venda e que nós assinamos na intenção e na esperança de poder comprar isso aqui. Isso não aconteceu e, devido a esse contrato, na administração passada, criou-se um processo, que está parado, ninguém sabe como é que está, e nós não temos nenhuma informação oficial. Estamos aqui reivindicando isso. Pelo menos saber o que pode acontecer com a gente, que nós não sabemos.”

Para Solange Gonçalves, outra lojista prejudicada, o que está faltando, mesmo, é vontade política de resolver. “Sou juíza de Direito aposentada, tenho minha remuneração, mas sou solidária aos lojistas que sobreviviam exclusivamente das vendas de suas lojas. O que está faltando é espírito público, solidariedade, vontade política de ajudar!”

Pela manhã, o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Tomaz Nogueira, disse que o problema não é de fácil solução. “Não se trata de má vontade ou de boa vontade! É uma situação complexa. Antes do incêndio, já havia um questionamento por conta da inadimplência do cumprimento do contrato firmado com a Suframa, então, já havia uma ação para cobrança e despejo.

Estamos tentando construir uma solução, mas a Suframa já estava fazendo uma cobrança. Os lojistas, na sua totalidade estão inadimplentes. Esse débito, hoje, remonta a mais de R\$ 1,8 milhão. A Suframa só tem autorização para conduzir uma negociação até um valor de alçada de R\$ 500 mil. A partir daí, o assunto tem de ser discutido a nível de Ministério da Indústria e Comércio e com a Advocacia Geral da União (AGU), então é uma situação extremamente delicada e complexa! Não há um caminho imediato de reconstrução e nem a possibilidade de reparação para os lojistas, porque eles, inclusive, não pagavam o seguro nem o contrato de locação.”

De acordo com os lojistas, as lojas destruídas geravam aproximadamente mil empregos, no Cecomiz.